

FUNDAÇÃO FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS

XXI

TER OPINIÃO 2014

ANUAL / NÚMERO 3 / PREÇO: 6,5€

IDENTIDADE

*D. Manuel Clemente
Jorge Calado
Maria Filomena Mónica
José Tavares*

EURO

*Vítor Bento
José M. Félix Ribeiro*

FUTURO

*Francisco Seixas
da Costa
João Marques
de Almeida*

FEDERALISMO

Fátima Bonifácio

CEPTICISMO

Alan Sked

ENVELHECIMENTO

*Manuel Villaverde
Cabral*

SUÉCIA

*Fernando Adão
da Fonseca*

VELHO DO RESTELO

Paulo Guinote

CRÓNICAS

*Jacinto Lucas Pires
João Pereira Coutinho*

OS CAMINHOS DA EUROPA





FUNDAÇÃO
FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS

**OBRIGADO A TODOS OS QUE PARTICIPARAM
E AMPLIARAM O DEBATE**

**2º ENCONTRO
PRESENTE
NO FUTURO**

**PORTUGAL
EUROPEU.
E AGORA?**

Pelo segundo ano, a Fundação Francisco Manuel dos Santos convidou-o a estar Presente no Futuro. A 13 e 14 de Setembro, no Liceu Pedro Nunes, em Lisboa, discutiu-se “Portugal Europeu. E Agora?”.

Agora, depois dos mais de 40 momentos de conversa e debate, somos certamente portugueses e europeus mais informados.

Contamos com o seu entusiasmo para continuar o debate em ffms.pt.

PARCEIROS:



PARCEIROS INSTITUCIONAIS:



MEDIA PARTNERS:



APOIOS:



APOIO À DIVULGAÇÃO:



XXI, Ter Opinião 2014

Propriedade
Fundação Francisco Manuel dos Santos
Rua Tierno Galván,
Torre 3, 9.º J
1070-274 Lisboa
E-mail: ffms@ffms.pt
Tel.: 21 381 84 47

Editor
António Barreto

Director
José Manuel Fernandes

Conselho editorial
Alexandre Quintanilha
André Azevedo Alves
António Araújo
António José Teixeira
Francisco José Viegas
Gonçalo Vieira
Joana Mateus
Jorge Portugal
José Tavares
Maria João Valente Rosa
Miguel Morgado
Paulo Guinote
Pedro Pita Barros
Pedro S. Guerreiro

Produtoras
Filipa Dias
Margarida Vaqueiro Lopes
Susana Norton

Direcção de arte
Jorge Silva

Design e paginação
Silvadesigners

Editor fotográfico
Luís Mileu

Infografia
Joaquim Guerreiro

Revisão
Helena Soares

Impressão
ProdOut – Gestão de Produção em Outsourcing, Lda

Distribuição
VASP – Distribuidora de Publicações SA
MLP – Quinta do Grajal, Venda Seca
2739-511 Agualva-Cacém

Depósito legal
350424/12

ERC
126141

Ilustração de capa
Jorge Colombo



Estatuto Editorial

XXI, Ter Opinião é uma publicação anual da Fundação Francisco Manuel dos Santos (FFMS). *XXI, Ter Opinião* é uma publicação que se rege pelos mais elevados padrões de independência dos meios doutrinários, políticos, partidários, económicos, religiosos, profissionais e associativos. *XXI, Ter Opinião* não perflha uma ideologia específica, nem um programa partidário, sendo norteada pelos princípios da dignidade da pessoa humana e da solidariedade social e pelos valores da democracia, da liberdade, da igualdade de oportunidades, do mérito e do pluralismo. *XXI, Ter Opinião* insere-se nos objectivos da FFMS e procurará promover e aprofundar o debate sobre a sociedade portuguesa, procurando desse modo contribuir para o desenvolvimento da sociedade, o reforço dos direitos dos cidadãos e a melhoria das instituições públicas. *XXI, Ter Opinião* acredita que a existência de uma opinião pública informada, empenhada e interventiva é condição fundamental da democracia e da dinâmica de uma sociedade aberta e que tal passa pela exposição descomprometida e aberta de ideias e propostas diferentes, contrastantes e originais, capazes de permitir que cada cidadão forme, em liberdade e com sentido crítico, as suas convicções. *XXI, Ter Opinião* dirige-se a um público informado, de todos os meios sociais e de todas as profissões, privilegiando uma abordagem directa, profunda, sem ser académica.

Mais Europa. Menos Europa?

José Manuel Fernandes

Poucas ideias serão mais glosadas do que a proposta por George Steiner de que “a Europa é feita de cafetarias, de cafés”. Entre elas estariam A Brasileira de Pessoa, os “cafés de Odesa frequentados pelos gangsters de Isaac Babel”, os balcões de Palermo ou “os cafés de Copenhaga, onde Kierkegaard passava nos seus passeios concentrados”. “Desenhe-se o mapa das cafetarias e obter-se-á um dos marcadores essenciais da ‘ideia de Europa’”, concluía Steiner.

É uma proposta apelativa, sobretudo porque os cafés, no sentido que Steiner lhes dá, são lugares de conversa – e a Europa sempre foi também um lugar de conversa. Conversa entre várias heranças, conversa entre diferentes povos, conversa em línguas variadas e tempos distintos. Essa conversa foi muitas vezes violenta, mas violência, encontramos-la em todos os continentes. O que não encontramos é a diversidade que a Europa sempre preservou, nunca deixando que um só império se impusesse a toda a sua geografia. Essa mesma geografia também ajudou, pois proporcionava uma paisagem a uma escala humana que “foi e é percorrida a pé”, como também nota Steiner. Essa geografia de cordilheiras, penínsulas, istmos e ilhas que sempre contrariou a expansão ilimitada de um qualquer poder central unificador, poder que mais depressa se podia organizar nas margens do Mediterrâneo do que estender-se dos confins do Danúbio aos fiordes da Escandinávia, das rias da Galiza aos pântanos gelados de São Petersburgo.

No tempo da União Europeia é bom lembrar que uma das características que fizeram a Europa, que lhe deram seu carácter único, foi a sua quase permanente desunião, e a celebração competitiva das suas diferenças. Se uma conversa onde todos estão de acordo não tem grande interesse, um continente que tivesse sido uniformizado por um poder único dificilmente teria encontrado os caminhos do que historicamente designamos como “milagre europeu”. Num tal continente, Colombo não teria podido encontrar na corte dos Reis Católicos o apoio que lhe faltou na corte de D. João II, para dar apenas um exemplo.

Se há uma herança comum que aproxima os europeus, há também uma história comum que contraria a sua amalgamação num espaço uniformizado. A história europeia não é apenas a história das suas muitas guerras fratricidas – é também a da repetida rejeição de um poder único centralizado. O Sacro Império Romano-Germânico, que durou aproximadamente um milénio e chegou a englobar a maior parte dos territórios da Europa Central, nunca foi uma entidade política centralizada, antes um corpo federativo de uma multidão de estados independentes. Quando a dinastia dos Habsburgos

procurou impor a sua vontade a todos esses estados durante a Guerra dos Trinta Anos – uma guerra que ainda hoje os alemães vêem como a mais devastadora da sua história, responsável pela morte de um terço da população –, logo a vizinha França interveio para impedir que se consolidasse no coração do continente um poder demasiado forte.

A intervenção do católico Cardeal Richelieu ao lado de vários príncipes protestantes alemães é de resto um marco na história diplomática europeia. Primeiro, por concretizar a sua doutrina de *raison d'État*, de acordo com a qual são os interesses do Estado que devem conduzir a política externa, e não quaisquer orientações religiosas, ideológicas ou morais. Depois, por derivar de considerações sobre o equilíbrio de poderes na Europa, considerações que determinariam a posição das várias potências nos séculos seguintes. Finalmente, por inaugurar um período de hegemonia relativa da França que se prolongaria até à derrota definitiva das tropas de Napoleão. Richelieu quis manter os estados alemães separados e fracos, à mercê dos sempre mais poderosos exércitos franceses, e essa estratégia só não deu mais resultado logo no reinado seguinte, de Luís XIV, porque a Inglaterra, que sempre viu com desconfiança a consolidação de uma nação desproporcionadamente forte no continente, se lhe opôs com firmeza e eficácia graças aos sucessos militares do Duque de Malborough, antepassado de Winston Churchill.

O século XIX assistiria à substituição da França pela Alemanha como grande potência continental. Depois de Waterloo, a Europa viveu mesmo um período anormalmente longo de paz, quatro décadas de consenso europeu tornadas possíveis pela delicada arquitectura de equilíbrios saída do Congresso de Viena – e também pela habilidade de Metternich. Esse equilíbrio alterou-se quando a ambição irreflectida de Napoleão III, sequioso de recuperar a glória da França, acabou por precipitar a sua decadência relativa e ajudar à consolidação de uma nova grande potência europeia, a Alemanha unificada sob a batuta de Bismarck. Essa unificação seria de resto formalizada, para suprema humilhação da França, no Palácio de Versailles, onde decorreu a cerimónia de coroação de Guilherme I como Kaiser do novo Reich alemão.

O peso do passado

A criação de um estado tão poderoso no coração da Europa nunca mais deixou de ser um problema. Duas guerras mundiais, que no fundo foram duas guerras civis europeias, foram o preço a pagar por um desequilíbrio que a Europa ainda não foi capaz de enquadrar de forma estável e não traumática, como prova a actual crise europeia e todos os fantasmas alemães que ela ressuscitou.

Durante séculos os europeus travaram guerras sem fim que sempre impediram a consolidação de um poder hegemónico. Isso permitiu que na Europa nunca se tivesse for-



@mrpaolomartins

“É como se a Europa, diversamente de outras civilizações, tivesse intuído que um dia ruiria sob o peso paradoxal dos seus feitos e da riqueza e complexidade sem par da sua História.” George Steiner, *A Ideia de Europa*

mado um Império do Meio, como o chinês, mesmo que com poderosos vizinhos – uma França e uma Itália no papel de um Vietname e de uma Coreia, um Reino Unido no papel do Japão. Até que, nos últimos 60 anos, depois da tragédia suprema, se escolheu outra solução: uma união que os seus fundadores sempre viram como federal. “Não haverá paz na Europa se os Estados se reconstruírem na base da soberania nacional, com o que ela traz de política de prestígio e de protecção económica”, escreveu Jean Monnet ainda em 1943, numa altura em que a II Guerra ainda não tinha terminado. No mesmo texto, Monnet criticava os Estados “com soberania nacional” e defendia uma federação ou uma “entidade europeia” com políticas comuns.

Acontece que essa “entidade” teria de surgir, como surgiu, no continente onde, e regressamos a George Steiner, “até uma criança se dobra sob o peso do passado”. O continente onde “cidades como Paris, Milão, Florença, Francoforte, Weimar, Viena, Praga ou S. Petersburgo são crónicas vivas – ler as respectivas placas toponímicas é folhear um passado presente”. Nas suas ruas e praças estamos sempre a recordar estadistas, cientistas, artistas e escritores do passado, mas também datas e nomes de batalhas, de generais e de almirantes, de heróis nacionalistas.

Há, não tenhamos dúvidas, uma identidade europeia, identidade essa que mergulha as suas raízes em Atenas e Jerusalém. Neste número da XXI, *Ter Opinião*, D. Manuel Clemente, Patriarca de Lisboa, e Jorge Calado, químico e crítico cultural, oferecem-nos duas fascinantes perspectivas do que é ser europeu, sendo os seus olhares complementados pelas visões mais pessoais de Maria Filomena Mónica e José Tavares. São visões cosmopolitas e eruditas que nos fazem sentir mais próximos de todos os que vivem nesta grande e recordada península ocidental do grande continente euro-asiático. E são visões que convivem bem com as interrogações que a mesma história partilhada nos coloca.

Algumas dessas interrogações são-nos recordadas pela historiadora Maria de Fátima Bonifácio. A questão que levanta é a de saber se o novo sistema europeu tem condições para substituir o velho sistema saído do acordo que acabou com a Guerra dos Trinta anos, a Paz de Westfalia. Esse sistema, caracterizado pela consagração do princípio da autonomia dos Estados, e da sua soberania no que respeita aos assuntos internos, deveria permitir a sua convivência, ao mesmo tempo que impedia a hegemonia de qualquer das grandes potências. Seria sobre este sistema que se construiria a ideia de Estado-nação, e sobre a soberania dos Estados-nação que se ergueriam as democracias modernas.

A ideia comunitária, que tanto acarinhámos nas últimas décadas, procurava ultrapassar o tipo de relações inter-Estados herdado desse sistema de Westfalia, mas a actual crise tornou mais evidentes do que nunca os seus limites. Por um lado, a política regressou, sem disfarces, ao espaço e à retórica dos interesses nacionais, defendidos quer por políticos, quer por líderes de opinião. País a país, mesmo o pretendido discurso comunitário é feito em fun-

As transferências de soberania criam problemas de legitimação que não são resolúveis apenas com reformas institucionais. Uma Europa herdeira de Atenas não pode conviver com a inexistência de um espaço público comum onde os seus cidadãos discutam livremente, e decidam também livremente, os seus assuntos comuns.

ção da percepção do interesse nacional do momento. Nos países do Sul, esse discurso é o que reclama os princípios da solidariedade europeia, um discurso formalmente idealista mas terrenamente interesseiro, pois essa solidariedade teria apenas um sentido. Nos países do Norte também não faltam os discursos em defesa da União, mas agora para fazer avançar normas de governação comuns que, para os países do Sul, são quase ordens de prisão.

Por outro lado, as transferências de soberania da periferia para o centro levantam problemas de legitimação democrática que não são resolúveis apenas por via de reformas institucionais. Uma Europa herdeira de Atenas (e de Roma) não pode conviver com a inexistência de um espaço público comum onde os seus cidadãos discutam livremente, e decidam também livremente, os seus assuntos comuns. No tempo de Péricles a democracia vivia-se na colina da Pnyx, diante da Acrópole, onde os cidadãos se reuniam em assembleia (ecclésia) quatro vezes por mês. Não havia intermediação, o espaço público onde os temas comuns eram discutidos e decididos era o espaço de que participavam todos os cidadãos atenienses. Quando se passou desse universo relativamente restrito de uma cidade-estado para as repúblicas modernas, onde a participação directa dos cidadãos passou a ser impossível, os arquitectos das democracias contemporâneas confiaram a representação aos partidos e o direito e dever de participar na discussão à imprensa livre. Da mesma forma que não é concebível democracia sem partidos, esta também não é imaginável sem um espaço comum de discussão assegurada e mediada pelos meios de comunicação de massas. E se ainda se pode especular sobre a emergência de partidos políticos europeus, não se imagina como, num intervalo de tempo razoável, portugueses e finlandeses, alemães e ingleses, búlgaros e franceses, possam discutir em conjunto os mesmos assuntos e a eleger os seus representantes em função das suas opiniões sobre esses temas em debate.

Diferentes caminhos

Na sessão de abertura da conferência promovida pela Fundação Francisco Manuel dos Santos “Portugal Europeu, e Agora?”, Maria João Rodrigues procurou explicar que a actual crise da zona euro só tinha três saídas possíveis. Uma seria descontinuar o euro, com todos os riscos inerentes. Outra

seria prosseguir o que chamou perspectiva “minimalista”, que identificou com as políticas actuais, que só procurariam evitar males maiores. A terceira, a que preferia, era a de “concluir o projecto europeu”, completando a união monetária. Como? Com eurobonds – ou seja, com a União a assumir as dívidas dos estados membros em dificuldades – e com um orçamento específico para a zona euro. Num tempo em que a palavra federalismo saiu de moda, esta parece ser a forma de levar a água ao moinho de uma maior federalização sem suscitar demasiada controvérsia e sem assustar as opiniões públicas. Ao mesmo tempo, vão-se fazendo diminuir as expectativas de cada país relativamente às suas veleidades de soberania, um exercício que ocupou Paulo Rangel durante a mesma conferência. Parlamentar europeu, é alguém que se coloca, sem aparentes reservas, num quadro totalmente pós-Westfalia. Já o embaixador Francisco Seixas da Costa, no texto que escreveu para esta revista, prefere situar-se num patamar porventura mais realista, o de uma Europa possível e não de uma Europa utópica.

A Europa possível – seja qual for a nossa visão das possibilidades do futuro – é, para já, a Europa que existe, e nesta o equilíbrio entre os diferentes países voltou a ter um papel central. No jargão bruxelense, isso significa que o “método comunitário” – em que a Comissão, supostamente independente e equidistante, é que lidera as discussões – perdeu e perde terreno para o “método intergovernamental” – onde é o Conselho a ter o papel principal. No Conselho a posição de cada membro é a posição política de cada país, mas o seu peso nas decisões não é o mesmo. É verdade que a votação num pequeno partido nacionalista na Finlândia pode pôr em causa as negociações, mas, como se viu de novo este ano, são as eleições alemãs que acabam por ser vistas como as determinantes para o futuro da Europa. Até porque são os fantasmas da Alemanha que, inevitavelmente, povoam os espíritos não só dos habitantes da República Federal, mas também dos seus vizinhos.

Um bom exemplo dessa realidade é o que nos expõe Vítor Bento ao explicar-nos como foi que chegámos a uma arquitectura do euro que trouxe consigo todos os ingredientes para que uma crise como a actual se desencadeasse. É que foram os fantasmas que já haviam determinado as regras de gestão do Deutsche Mark, a moeda que no pós-guerra substituiu o Reichsmark, a determinar as regras da nova moeda europeia. Foi assim que a união monetária que os estadistas de então, com Mitterrand à cabeça, haviam desejado – uma união que “aprisionasse” o marco alemão e “anulasse” o poder do Bundesbank –, se acabou por virar contra os próprios.

Mas se é fácil identificar os fantasmas da hiperinflação que geraram o consenso alemão em torno de uma moeda forte e de um banco central independente, é bom não esquecer que foram não apenas os fantasmas de duas guerras, mas os fantasmas de séculos de história, que levaram os líderes europeus a tratarem de manietar uma Alemanha reunificada. Mitterrand não pôde jogar, como Richelieu, com as divisões entre príncipes alemães, e também não terá querido opor-se futilmente à reunificação, para não reeditar o destino trágico

co de Napoleão III. Mas mesmo assim manteve-se fiel à *raison d’État* secular de Paris: tudo fazer para evitar a emergência, no centro da Europa, de uma Alemanha demasiado forte. O que significa que a existência da União Europeia não afectou o essencial do seu modo de pensar, tal como não o salvou de uma reedição do desastre de 1871, desta vez sem o exército alemão em Versailles mas com a França do seu sucessor François Hollande condenada a uma irrelevância quase total.

Já a Alemanha, para onde todos estiveram a olhar, tem uma força que por vezes é ilusória. Também nesta revista. José Manuel Félix Ribeiro descreve os objectivos estratégicos de Berlim, sem deixar de sublinhar as fragilidades do seu modelo de desenvolvimento – uma população envelhecida, uma economia muito eficaz mas pouco inovadora, um sistema universitário deficiente, uma total falta de vontade para desempenhar um grande papel no mundo ou mesmo para liderar a Europa.

Ora se estas dificuldades alemãs permitem que se acumulem nuvens sobre o futuro do país, que pode perder uma parte significativa da sua população até 2050 e não conseguir manter a sua relevância económica, elas também aconselham a que se olhe com cuidado para as próximas décadas. Há pouco mais de dez anos era ainda uma Europa eufórica que aprovava a “Estratégia de Lisboa” e anunciava que queria ser a economia mais competitiva do mundo, hoje é apenas uma Europa ensimesmada aquela que tenta sobretudo salvar o essencial do seu modelo social. Será esse um sinal de um outro dos seus traços, também identificado por Steiner, o facto de, “diversamente de outras civilizações, como que ter intuído que um dia ruiaria sob o peso paradoxal dos seus feitos e da riqueza e complexidade sem par da sua História”? Ou será apenas um mal passageiro?

É aqui que talvez valha a pena olhar para desafios novos – e porventura o mais importante que hoje se coloca à Europa é o da Parceria Comercial e de Investimento Transatlântica, actualmente a ser negociada entre a União Europeia e os Estados Unidos. João Marques de Almeida analisa nesta edição tanto os desafios políticos e estratégicos dessa parceria, como as dificuldades que a sua concretização enfrenta. De certa forma ela corresponderá a seguir por um caminho cuja ambição é bem distinta da que presidiu à criação da zona euro. Implica uma aproximação aos Estados Unidos, não aponta para o sonho de uma “hiperpotência” europeia com uma moeda capaz de destronar o dólar e uma política externa destinada a limitar a hegemonia norte-americana.

Um regresso da Europa ao Atlântico recentraria também a posição de Portugal, até do ponto de vista económico. Seria um passo no sentido de uma nova integração num mundo globalizado – um passo que teria, como sempre, os seus Velhos do Restelo. Mas ao menos regressaria alguma “dura inquietação d’alma e da vida”, como aquela celebrada na praia do Restelo:

*A que novos desastres determinas
De levar estes Reinos e esta gente?*

Ao menos isso, apesar disso.

Com o telefone sempre à mão

A capa e todas as fotografias desta edição da *XXI, Ter Opinião* foram produzidas com base em telefones móveis. A imagem de capa é uma ilustração de Jorge Colombo realizada com as pontas dos dedos num iPhone. Todas as fotografias do interior foram seleccionadas por Luís Mileu de entre os milhões de fotografias partilhadas pela comunidade Instagram.

A obra de Jorge Colombo é conhecida. O artista gráfico português que vive em Nova Iorque já produziu várias capas para a *New Yorker* recorrendo à aplicação Brushes para iPhone. As suas imagens de cenas da vida quotidiana de Nova Iorque, que captura com enorme sensibilidade, têm o dom de associarem a simplicidade inerente ao traço grosseiro de pinceladas definidas com a ponta dos dedos à delicadeza de um olhar que fixa o essencial. Há nelas qualquer coisa das pinturas de Edward Hopper ou dos filmes de Woody Allen, duas influências que o autor assume. Foi por isso que o seleccionar, uma capa para a *XXI*, e a sua proposta foi uma imagem de uma rua que, com as suas múltiplas referências – os toldos das lojas, a mistura de estilos e tempos arquitectónicos, a cúpula de uma igreja – e as suas dimensões ao mesmo tempo acanhadas e humanas, só podia ser uma rua europeia.

No caso, uma rua de Florença, a que passa pela Ponte Vecchio e de onde se avistam as nervaturas e a lanterna desenhadas por Brunelleschi para fechar a Catedral de Santa Maria del Fiore. Já a selecção das fotografias, foi feita tendo exclusivamente como base o que é disponibilizado na comunidade Instagram, uma rede de partilha de imagens online que nasceu com os smartphones e que permite aos seus membros não só mostrarem as suas fotografias aos amigos, como “aperfeiçoá-las” através da utilização de diferentes filtros. Num tempo em que a fotografia digital está a substituir quase por completo a fotografia analógica e em que as micro-câmaras fotográficas dos telemóveis são cada vez mais utilizadas em vez das câmaras tradicionais, o Instagram permite a partilha imediata das imagens que os seus membros vão captando. O formato quadrado, os filtros e os limites próprios das micro-câmaras digitais têm contudo permitido a emergência de algo a que já se chama “estética Instagram”, se bem que os melhores cultores deste registo – como se pode ver pelas imagens desta edição – sejam claramente devedores do melhor que século e meio de arte fotográfica foi produzindo.

Para seleccionar e fazer a edição fotográfica desta edição da *XXI, Ter Opinião* convidámos Luís Mileu, um designer que se tem dedicado essencialmente à criação de marcas/identidades visuais e à direcção de arte e que ao longo da sua vida profissional desenvolveu vários projectos na área da fotografia. Membro quase accidental da comunidade Instagram há dois anos, onde de forma natural coloca sobretudo instantâneos de rua e retratos, todos capturados utilizando apenas um iPhone 4, cedo percebeu a importância da plataforma e a rapidez com que se tornou num dos principais veículos de divulgação e partilha de imagens. “Arte dramática instantânea”, como já lhe chamaram.

Escolheu e editou as fotografias com naturalidade, já que traduz tudo o que lê em imagens, “num constante processo de visualização da palavra”. Seleccionou as imagens a partir das fotografias disponibilizadas por pessoas que segue no Instagram, umas que conhecia, outras que ficou a conhecer. O resultado não deixa de ser surpreendente e esteticamente estimulante, como os leitores poderão avaliar. JMF